

## **VIOLÊNCIA PARAINSTITUCIONAL E PRISÕES NO BRASIL**

JÚLIA PEREIRA HALLAL<sup>1</sup>; BRUNO ROTTA ALMEIDA<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [juliahallal@hotmail.com](mailto:juliahallal@hotmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [bruno.ralm@yahoo.com.br](mailto:bruno.ralm@yahoo.com.br)

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho estuda as definições de violência parainstitucional no Brasil. Tal abordagem vem sendo desenvolvida por estudiosos latino-americanos, tendo como objeto de estudo, por exemplo, o contexto de violência na Colômbia.

Em 17 de novembro de 2017, Gina Paola Rodríguez, PhD em ciências sociais e pesquisadora do Instituto de Estudos da América Latina e do Caribe (IEALC) da Universidade de Buenos Aires, ministrou uma palestra no Instituto Francês de Estudos Andinos, onde identificou determinadas características que conceituariam a violência parainstitucional. A violência parainstitucional é exercida através da repressão e do terror por grupos que possuem uma própria dinâmica de funcionamento, além de uma organização própria onde definem os seus parâmetros para o que é legal e o que é ilegal. Por fim, algum momento, esses grupos de violência vão servir como um complemento às forças do Estado.

Combater a violência parainstitucional é um processo delicado, visto para entender esse fenômeno e como ele atua é necessário fazer uma pesquisa histórica sobre os motivos que geraram a mencionada violência, bem como os motivos que a fazem perdurar na sociedade.

A proposta desse trabalho é buscar responder as seguintes questões: Qual o conceito de violência parainstitucional? A violência parainstitucional está presente no Brasil? Em quais ambientes ela predomina? E por fim, qual a importância de sua compreensão?

Assim, busca-se demonstrar a necessidade de expandir os estudos brasileiros sobre grupos criminosos, abordando temas como a violência parainstitucional.

### **2. METODOLOGIA**

A metodologia utilizada para desenvolver o presente estudo será feita através de levantamentos bibliográficos e documentais. Os métodos utilizados serão o dialético e dedutivo, o que permite uma análise dos fatos apresentados de modo a elucidar possíveis conclusões.

Serão estudadas as investigações realizadas sobre a violência parainstitucional na Colômbia por pesquisadores como Gina Paola Rodríguez e Carlos Medina Gallego, bem como estudaremos a violência dentro dos presídios conforme os dados fornecidos pelo INFOPEN, além de estudar a origem das facções, tendo base escritores como Gabriel Feltran.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Até o desenvolvimento do presente trabalho, não existe nenhum estudo brasileiro acerca da Violência parainstitucional no Brasil.

Os pesquisadores colombianos relatam que a Violência parainstitucional está presente na Colômbia desde a instauração da República. Para melhor compreensão do tema, os estudiosos dividem o processo de violência em gerações (ou ciclos). A primeira geração inicia com a tomada do poder pela classe conservadora, que organizou grupos paramilitares para “disciplinar” e usurpar as terras de camponeses liberais. Esse primeiro ciclo tem início em 1946 e vai até 1958, quando inicia-se o segundo ciclo/fase). A segunda fase seria marcada pela formação de grupos guerrilheiros, tais como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), criados como uma oposição ao Estado e a miséria e desigualdades que assolavam o país.

A terceira geração nasce no final dos anos 70, e é marcada pela ascensão do narcotráfico, que atuou diretamente na criação de novos grupos de violência parainstitucional. A indústria do Narcotráfico vai auxiliar no crescimento do poder paramilitar e no aumento das confrontações dos grupos armados com os guerrilheiros em todo território nacional, criando uma aliança com o próprio Estado. Os grupos paramilitares tinham como objetivo defender os interesses estatais dos grupos de narcotráficos contra os guerrilheiros colombianos. Essas ações, que em um primeiro momento não eram formalmente autorizadas, passaram a ser formalizadas pelo Estado colombiano no ano de 1991, com a criação de “Cooperativas de Segurança e Vigilância”, chamadas de CONVIVIR. Temos então um Estado que constrói sua soberania apoiada pela violência parainstitucional.

A violência parainstitucional na Colômbia é composta por grupos criminosos que exercem sua influência através do terror e da repressão. Esses grupos surgem influenciados pelo próprio Estado colombiano, que no entanto, passam a serem autônomos e a possuírem uma organização própria, tendo suas respectivas regras sobre comportamento, certo/errado, lícito/ilícito.

Para estudar a violência parainstitucional no Brasil, é necessário analisar primeiramente a violência institucional presente nos presídios brasileiros. É de conhecimento notório a falha do Estado brasileiro em gerenciar o sistema carcerário. Os presidiários são submetidos a circunstâncias degradantes, como superlotação, descaso da sociedade, ausência de condições mínimas de higiene e abandono do próprio Estado.

O abandono do Estado em relação ao cárcere tem um longo histórico. No ano de 1992 é marcado pelo “Massacre do Carandiru”, onde policiais entram no presídio após uma revolta dos presos, sobrevivendo a morte de 111 presidiários. E a revolta não é em vão: segundo dados da época, o Carandiru possuía mais que o dobro do número máximo de presidiários que comportava. Os maus-tratos, somado ao Massacre do Carandiru, culminaram em diversos grupos que passaram a protestar contra as condições desumanas do cárcere, originando assim as facções.

É válido mencionar que a violência institucional e a superlotação dos presídios se estende até os dias atuais na realidade brasileira. Conforme dados fornecidos em junho de 2017 pelo INFOPEN, o Brasil possui capacidade de comportar 423.242 presidiários. No entanto, encontram-se presos o total de 726.354, restando um déficit de 303.212 vagas.

Como consequência direta da violência institucional nos presídios brasileiros, temos o surgimento de grupos criminosos chamados de facções. O escritor Gabriel Feltran (2018) foca principalmente no surgimento da facção “Primeiro Comando da Capital” (vulgarmente conhecida como PCC), eis que se trata do grupo criminoso com maior influência no território brasileiro nos dias atuais.

Segundo o referido autor, o PCC foi criado no anexo da Casa de Custódia de Taubaté em São Paulo no ano de 1993. Sua criação está ligada diretamente aos maus tratos exercidos pelo Estado contra os presidiários, além do Massacre do Carandiru, que ocorreu no ano de 1992. A facção surgiu com o objetivo de fornecer direitos básicos aos detentos, trazendo o lema “liberdade, justiça e paz”. Seguindo a sua criação, o PCC criou normas de convívio para a vida cotidiana dos presidiários, buscando proteger direitos fundamentais dos presos, lhes dando acesso a advogados e fornecendo bens de higiene e uso pessoal, algo praticamente inexistente nos presídios até então.

O PCC é um grupo com estrutura e normas próprias, com ideais de certo e errado. Seu objetivo inicial, gravado no primeiro Estatuto do PCC (publicado no Jornal Folha de São Paulo em 25 de maio de 1997) é a luta contra a opressão e as injustiças do sistema carcerário brasileiro, através da criação de regras de comportamento, de lealdade e de solidariedade com os demais “irmãos” da facção.

Com o crescimento exponencial da facção, o PCC acabou se espalhando por presídios ao longo de todo território brasileiro, se tornando um órgão que cria e determina suas próprias regras de convivência e aplicando as punições quando tais regras não são cumpridas. Além disso, o PCC declarou guerra a outros grupos criminosos do mesmo gênero, a fim de expandir e perpetuar seu poder e influência.

Temos aqui uma violência desencadeada pelas facções no âmbito prisional que tomou medidas descomuns, e que se aproxima da violência parainstitucional, com características distintas à da Colômbia.

Os dados apresentados derivam das pesquisas de estudiosos latino-americanos acerca da violência parainstitucional na Colômbia, bem como dos estudos brasileiros sobre o sistema carcerário e as facções no Brasil, em especial a facção do Primeiro Comando da Capital (PCC).

#### 4. CONCLUSÕES

Não havendo até o presente momento nenhum estudo relativo à violência parainstitucional no Brasil, o presente trabalho busca compreender a violência parainstitucional no âmbito brasileiro.

Para isso, em um primeiro momento, será estudado o aspecto histórico da violência parainstitucional na Colômbia, que advém desde a instauração da República, ligada aos conflitos armados que assolam o país até os dias de hoje.

Segundo os pesquisadores do tema, a violência parainstitucional é exercida por grupos que possuem uma organização própria, e que impõem à sociedade suas definições de justiça, punindo àqueles que não agirem conforme o grupo ordena. São grupos que controlam a população através do terror, e que tem sua origem diretamente relacionada ao Estado colombiano.

Em um segundo momento, analisaremos a violência institucional no âmbito dos presídios brasileiros. É de conhecimento público que o Estado brasileiro é negligente quanto ao tratamento dos presidiários, submetendo os presidiários a situações degradantes e não respeitando seus direitos fundamentais. Um dos exemplos desse descaso é refletido nos dados sobre a superlotação dos presídios brasileiros, que tanto culminaram no Massacre do Carandiru em 1992, como persistem até os dias atuais, conforme os dados fornecidos pelo INFOPEN.

Diante desses maus tratos, determinados grupos nos presídios começaram a se unir para protestar contra o tratamento desumano. Temos como referência o ano de 1993, onde surgiu o grupo criminoso “Primeiro Comando da Capital”. O grupo

tinha como intuito fornecer direitos fundamentais aos seus membros dentro do presídio.

Ocorre que a mencionada facção foi crescendo, possuindo uma estrutura e organização própria, determinando o que era certo e errado, além de punir seus membros. A fim de expandir seu poder, as facções entraram em guerra com outros grupos dentro dos presídios, resultando em morte e terror.

Aqui é possível compreender violência parainstitucional no contexto brasileiro com características próprias, que divergem do contexto colombiano.

Por fim, tentaremos demonstrar a urgência em introduzir o tema no campo de estudos brasileiros, demonstrando que o Estado é incapaz de combater essa violência enquanto não estudá-la de forma específica.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Jacques Nogueira; FONSECA, Vicente. Crime Organizado no Brasil: Relatos de um Policial Militar. **Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro**, ISSN: 1809-126, 1UNIEURO, Brasília, número 15, pp. 93-11, 2015.

BIGOLI, Paula dos Santos; BEZERRO, Eduardo Buzetti Eustachio. **Facções Criminosas: o caso do PCC – Primeiro Comando da Capital**. Colloquium Humanarum, Presidente Prudente, v. 11, n. 3, p.71-84, set/dez 2014. DOI: 10.5747/ch.2014.v11.n3.h173- Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, 2014.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos: Uma história do PCC**. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018

IEALC / IFEA. **Formaciones de estatalidad: Elementos para repensar el Estado en América Latina**. Institut Français D'Études Andines. Publicado em 10 de maio de 2018. Acessado em 03 de setembro de 2019. Online. Disponível em: <https://ifea.hypotheses.org/tag/ciclos-de-violencia-parainstitucional-en-colombia>

INFOPEN, junho de 2017. Acessado em 12 de setembro de 2019. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil** – 1ª ed. – São Paulo: Editora Todavia, 2018.

MEDINA, Carlos; ROJAS, Omar; GIRALDO, Manoel; CHAVERRA, Rodrigo. **SEMINARIO: CRÍMENES DE ESTADO Y VIOLENCIA PARAINSTITUCIONAL EN COLOMBIA**. 23 de outubro de 2018. Faculdade de Direito, Universitat de Barcelona. Vídeo disponível em: <http://www.ub.edu/ospdh/es/seminario-crimenes-de-estado-y-violencia-parainstitucional-en-colombia?fbclid=IwAR2oe9ZQbQhAgcgdqNnUyjmRzSjjYiSM3VAoV541tv9SLtj91lpLVt5Uf-g>

KANADUS, Kelli. **Como nascem facções como PCC e Comando Vermelho, alvos preferenciais de Moro**. Gazeta do Povo, Brasília, 27 de maio de 2019. Acessado em 03 de setembro de 2019. Online. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/como-nascem-faccoes-como-pcc-e-comando-vermelho-alvos-preferenciais-de-moro/>